

## **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+ (CONAREDD)**

**Elaboração:** Secretaria Executiva da CONAREDD+

**Data:** 19 de dezembro de 2022

**Início:** 10h

**Término:** 11h30

Reunião realizada em formato híbrido

### **Participantes:**

#### **Membros da CONAREDD+**

Marcelo Donnini Freire – Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Clarisse Cruz - Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Elvison Nunes Ramos – Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Marcio Rojas da Cruz - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

Ricardo José Macedo dos Santos - Ministério da Economia – (ME)

Letícia Pereira de Andrade – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental/RO - (SEDAM/RO)

Victor Salviati – Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas -(FBMC)

#### **Participantes convidados**

Marília Marreco – Secretária Executiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal

Hugo do Vale Mendes – Consultor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal

#### **Secretaria Executiva da CONAREDD+**

Mariane Nardi – Gerente de Projeto (DEFLOR/MMA)

Monique Sacardo Ferreira – Coordenadora Substituta (DEFLOR/MMA)

Alexandre Santos Avelino – Analista Ambiental (DEFLOR/MMA)

Antonio Sanches – Analista Ambiental (DEFLOR/MMA)

#### **Observadores**

Ricardo Araújo - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

#### **Abertura da reunião**

O Presidente da CONAREDD+, Secretário Marcelo Donnini Freire, deu início à 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) pedindo a todos que se apresentassem para fim de verificação de quórum. Com o quórum qualificado, passou a palavra à Clarisse Cruz, Diretora de Conservação Florestal e Serviços Ambientais do MMA.

## **Pauta**

### **1 – Informe sobre o GTT-Salvuardas**

O MMA informou sobre os trabalhos relacionados às salvaguardas desenvolvidos em 2022. Indicou que o trabalho se dá em uma perspectiva de continuidade, já que o presente GTT é o terceiro grupo constituído para este fim e tem se dedicado ao monitoramento piloto dos indicadores do Sistema de Informação sobre as salvaguardas (SISREDD+) aprovados em 2021 pela CONAREDD+. O monitoramento dá-se com apoio de uma consultoria dedicada a coleta e análise de dados e os indicadores foram categorizados como de fácil, moderado ou difícil esforço de monitoramento. Os próximos passos são a Comunicação e Discussão dos Resultados; Revisão ou Adequação de Atributos; Planejamento Prévio; Fortalecimento de Capacidades e Novo ciclo de Monitoramento do SISREDD+. Todo esse processo está sendo conduzido pelo MMA, conforme premissa do Decreto 10.144/2019, em coordenação com o GTT-Salv, que seguirá com um papel relevante no próximo ano quando da elaboração da minuta do 3º Sumário de salvaguardas com base nos subsídios gerados pelo monitoramento piloto.

O MMA reforçou também a necessidade do desenvolvimento de capacidades para esse tema e que estruturará uma capacitação a entes elegíveis para REDD+, de modo a aprimorar o reporte de salvaguardas.

### **2 e 3 – Informe sobre o GTT-MRV e sobre a elaboração do FREL Nacional**

No informe sobre o GTT-MRV, o MMA apresentou os elementos definidos na UNFCCC que tornam um país apto a apresentar resultados de REDD+, dentre os quais encontra-se o nível de referência de emissões florestais. Pontuou que o principal desafio do GTT-MRV em 2022 foi apoiar a submissão do Nível de Referência de Emissões Florestais para todo o território brasileiro (FREL Nacional). Vez que o prazo para a submissão é estabelecido pela Convenção e deverá ser feito até 9 de janeiro de 2023, Grupo se reuniu quatro vezes entre agosto e dezembro de 2022, além de reuniões semanais de acompanhamento dos especialistas diretamente envolvidos no processamento de dados. O GTT MRV buscou adiantar pontos críticos da avaliação internacional, como Consistência com o Inventário Nacional de Emissões; Transparência e completude dos dados e informações; Descrição de políticas florestais e do sistema nacional de monitoramento de florestas e Atendimento às diretrizes providas pelo IPCC. O GTT-MRV também teve papel relevante na definição de florestas para cada bioma brasileiro.

O desenvolvimento do FREL Nacional foi baseado nas demandas de aprimoramentos de submissões anteriores, sejam FREL ou anexos técnicos aos BUR. Em resumo, os principais aprimoramentos incluídos no FREL nacional são:

- Inclusão de todos os seis biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa;
- Inclusão das emissões de GEE provenientes da degradação florestal no bioma amazônico;
- Estimativa das emissões líquidas de GEE provenientes do desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado;
- Mudança nos limites geográficos dos biomas a partir dos dados oficiais mais recentes (IBGE, 2019);
- Utilização da área mínima de mapeamento (MMU) de 1 hectare para a identificação de polígonos de desmatamento;
- Período de referência calculado com base em 5 anos; e
- Inclusão da análise de incertezas.

O MMA também apresentou o potencial calendário de avaliação do documento na UNFCCC. Ainda, foi feita a ponderação da necessidade de fazer essa submissão vez que a vigência dos FRELs anteriores já estava finalizada. Ponderou-se também que a alteração para uma série histórica de 5 anos, embora haja ressalvas sobre o tempo de resposta de políticas públicas, está alinhada a sinalizações de doadores internacionais. O MMA também informou que o documento do FREL Nacional seguirá para o MRE encaminhá-lo à UNFCCC .

O MMA também ponderou que tem aprimorado o Info Hub Brasil, que é o sistema que permite garantir a contabilidade e integridade ambiental dos resultados de REDD+ e pagamentos e que realizará capacitações com os entes elegíveis para a provisão de informações no sistema.

#### **4 - Submissão da elegibilidade do Distrito Federal para captação de recursos de REDD+ no Cerrado**

O MMA introduziu a apresentação dos representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, parabenizando pela pronta resposta à publicação da resolução de critérios de elegibilidade para captação para os estados do Cerrado editada pela CONAREDD+.

A SEMA-DF apresentou os elementos que demonstram o cumprimento de requisitos técnicos necessários para a elegibilidade: planos e políticas, governança e transparência, reforçando a orientação dada pelas Resoluções 8 e 9/2022 da CONAREDD, bem como o Manual de Elegibilidade para acesso a captação de pagamentos por resultados.

Indicou que o DF possui um conjunto de políticas para florestas e clima, apresentados em uma linha do tempo, e que orientam a implementação de ações sobre diferentes aspectos ou atividades de REDD+. Indicou os sistemas utilizados para monitoramento ambiental, as instituições envolvidas na fiscalização ambiental e as estruturas de governança das políticas correlatas, indicando as composições e os mecanismos de transparência. Finalizou sua apresentação indicando os desafios relacionados à coordenação de políticas e o importante papel de projetos de cooperação.

MMA agradeceu, parabenizou pelo seguimento do tema no bioma Cerrado e passou à exposição da minuta de resolução que aprova a elegibilidade do DF. Esclareceu que a SEMA-DF reportará no Info Hub Brasil qualquer captação a ser realizada pelo DF. Após a leitura, o Presidente da CONAREDD+ colocou-a votação e, sem qualquer ressalva ao conteúdo apresentado, foi aprovada por unanimidade. MAPA parabenizou o trabalho da SEMA-DF. A SEMA-DF agradeceu ao MAPA, MCTI e MMA pelo apoio ao longo dos anos.

#### **Comentários Finais**

MMA agradeceu a presença de todos, o trabalho em 2022, fez préstimos de um seguimento produtivo da agenda no ano que vem e declarou a reunião encerrada.